REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

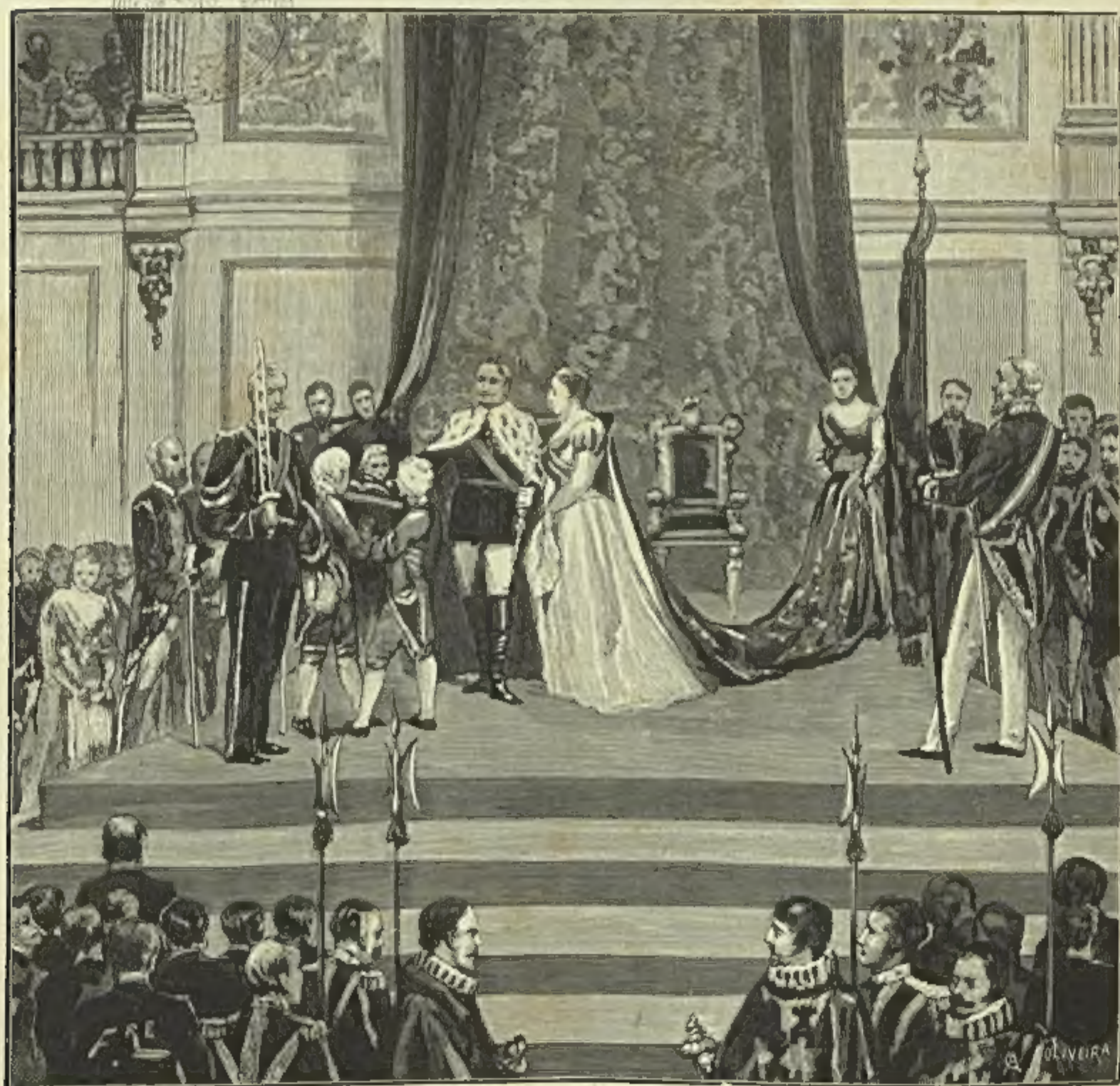
13.º ANNO — VOLUME XIII — N.º 398

11 DE JANEIRO DE 1890

REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO

LISBOA L. DO POÇO NOVO, ENTRADA PELA T. DO CONVENTO DE JESUS, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos.

A ACCLAMAÇÃO

O JURAMENTO DE EL-REI D. CARLOS I NO PARLAMENTO

(Desenho de L. Freire)

CHRONICA OCCIDENTAL

Eu não tinha vontade nenhuma de fallar n'estas chronicas da tal *influenza* que entrou entre nós com pés de lã, e que pela demora que leva em se ir embora parece ter pés de chumbo para sahir, tencionava não dar as honras de acontecimento a essa epidemiasinha que veio a sorrir como um capricho de moda, mas para brincadeira vae já sendo seria de mais a tal *influenza* e tem-se alastrado tanto pela nossa terra, tem tomado um tal incremento, tem-se mettido tão impertinentemente e tão violentamente na vida de Lisboa que se torna impossivel fallar da vida lisboeta sem fallar n'ella.

Temos portanto que renunciar á nossa tenção e mesmo contra a vontade referirmo-nos a *influenza*, grippe, febre dengue, ou trancazo, como lhe queiram chamar.

Ha muitos annos que Lisboa não atravessa uma quadra tão doentia como a que estamos atravessando actualmente.

E não é só Lisboa, é a Europa inteira, é a America, é quasi que o mundo todo que se vê em igual situação, que se vê em situação muito peior mesmo, porque graças á boa Providencia que parece sempre proteger-nos, Portugal é até agora o paiz em que a tal *influenza* tem conservado um caracter mais benigno, não tem attingido a intensidade gravissima que espalha o terror na America, em Hespanha, em França, na Inglaterra e na Allemanha, na Russia e na Suissa, na propria Suissa que mercê da sua situação geographica tem sido quasi sempre absolutamente indemne a todas as epidemias.

Felizmente entre nós a *influenza* não perdeu ainda o seu caracter ligeiro, benigno, quasi galhofeiro, com que fez a sua entrada entre nós.

Ataca muita gente, alastra-se com uma rapidez assombrosa, mas não espalha o terror, porque só excepcionalmente traz comsigo a morte. Uma febre violenta, um grande mal estar, dores de cabeça, dores pelo corpo, que duram geralmente de tres a cinco dias e que de ordinario desapparecem ante a applicação de remedios caseiros e sem ser necessaria a intervenção dos medicos, tal tem sido até agora o caracter geral da epidemia.

Tratando-a com cuidado, com certo respeito a doença não é mortifera; agora despresando-a, não fazendo caso d'ella, a coisa é mais seria, e muitos descuidados tem já pago com a vida o seu descuido.

A *influenza* em si não é perigosa mas as suas complicações são perigosissimas.

Essas complicações são d'ordinario a pneumonia, a bronchite aguda e a congestão pulmonar, e vem ou de encontrar no individuo que a *influenza* ataca, predisposições já accentuadas para estas graves enfermidades, ou da transformação operada pela falta de cuidado, pelas recahidas, dos symptomas da *influenza* n'essas doenças perigosas e muitas vezes mortaes.

E' isto que dizem os medicos de todos os paizes e isto o que dizem as estatisticas de todas as cidades atacadas pela *influenza*.

A mortalidade n'essas cidades tem augmentado d'uma maneira espantosa, como por exemplo em Madrid, onde o numero dos obitos tem sido cem por cento maior do que no tempo do cholera, mas essa mortalidade é devida quasi que exclusivamente á pneumonia, á bronchite, ás doenças dos orgãos respiratorios, as doenças mais mortiferas em todos os invernos, sobre tudo em Hespanha, a terra classica das pneumonias. Estudando a *influenza* que no fim de contas não é de modo algum uma doença nova, nem sequer no nome, que é a tão conhecida *grippe* ou catharro epidemico, a maior parte dos medicos é da opinião que a enfermidade não é contagiosa, não se propaga pelo contagio como o cholera, o typho, a febre amarella, a variola ou a scarlatina, mas sim que se propaga e desenvolve unicamente devido a certas condições atmosphericas, á persistencia dos ventos do norte nos nossos climas de ordinario visitados a miudo pelos ventos d'Africa.

A visita d'esses ventos tem-nos faltado este inverno e d'ahi a visita prolongada d'essa tal *grippe*, visita tão incommoda e impertinente.

Que esses ventos salutares venham depressa, é que a *grippe* se vá embora quanto antes é o que nós desejamos.

Em Lisboa a *grippe* apesar do seu rapido e enorme desenvolvimento não tem causado nenhum terror e pela rasão que já dissemos de ter mantido o seu caracter benigno, incommodo sim, mas não perigoso.

Quasi toda a gente tem sido atacada, creio que não ha casa em Lisboa, rica ou pobre onde a *grippe* não tenha entrado, mas entra e sai inoffensivamente.

Os casos mais serios, e os casos fataes que tem havido, sabe-se claramente a que são devidos: ou a doenças antigas e graves das pessoas *grippadas* ou a leviandades e falta de cuidado dos doentes.

E mesmo muitos d'esses casos serios e mais alarmantes tem tido resolução satisfatoria.

Em Madrid o caracter da epidemia não tem sido tão benigno e ao principio a *influenza* causou um verdadeiro panico, a ponto de se pensar em fechar os theatros, e das ruas estarem desertas.

Felizmente a epidemia tem ali decrescido n'estes ultimos dias, o pavor tem desapparecido pouco a pouco e a vida madrilena vae retomando a sua animação habitual.

Uma das victimas da *influenza* foi um dos hespanhoes mais illustres e gloriosos o celebre Gayarre, que junctamente com Massini occupava o logar proeminente do mundo lyrico contemporaneo.

Gayarre morreu ha dias em Madrid e a sua morte foi um lucto nacional para toda a Hespanha.

Entretanto ainda na morte do famoso tenor que todo o mundo artistico chora se dá o mesmo caso da *influenza* ter simplesmente appressado a morte mas não tel-a causado.

Gayarre era um cardiaco e padecia muito sobre tudo n'estes ultimos tempos.

Conta-se agora que já ha mezes, nas noites que cantava, o celebre tenor não podia dormir, e que ha semanas recolhendo-se ao seu camarim depois de cantar os *Pescadores de Perolas*, Gayarre desatára a chorar, dizendo:

—Está acabado! Acabou-se tudo!

Veio a *influenza*, atacou-o, a sua doença antiga aggravou-se e apressou o desenlace fatal.

O enterro de Gayarre foi um verdadeiro acontecimento em Madrid, teve toda a grandeza d'um enterro real. O cadaver do celebre tenor foi embalsamado e a sua larynge cuidadosamente arrancada e remettida dentro d'um frasco devidamente preparado para a sua conservação, para o Museu Nacional, onde ficará exposta como uma reliquia preciosa do grande cantor que a Hespanha perdeu.

Dias depois de Gayarre morrer em Madrid, expirava alli tambem, n'uma modestissima casa, na rua do Relogio, um outro grande cantor, uma celebridade artistica que tambem teve famosa nomeada no mundo lyrico, o illustre barytono Ronconi.

Ronconi tinha setenta e oito annos e ha sete que estava paralytico.

Antes de morrer soube da morte de Gayarre e mandou pelo maestro Arrieta collocar sobre o cadaver do illustre tenor um bilhete de visita seu, em que se despedia do grande artista dizendo-lhe: — até breve.

E cumpriu a sua promessa. Tres dias depois de Gayarre morrer Ronconi foi fazer-lhe companhia para o outro mundo.

Iamos agora passar da epidemia para assumptos mais alegres, iamos tratar de theatros, de novidades d'estes ultimos dias, das *Mulheres Carraças* as celebres *Femmes collantes* de Gandillot que em Paris deram 500 representações e que no Gymnasio tiveram agora um brilhante successo, iamos fallar da *Estrella do Norte* a opera d'obrigo da presente epoca lyrica em S. Carlos e que fez um completo fiasco logo na sua primeira noite, mas infelizmente temos que desistir d'esses assumptos e voltar á epidemia.

Obriga-nos a isso uma noticia tristissima para todo o paiz e dolorosissima para nós a da doença gravissima de Francisco Palha, que ás horas em que escrevemos está agonisante, sem esperança alguma de salvação.

Esta tristissima noticia prende ainda com a epidemia, porque se não foi precisamente a *influenza* que collocou n'essa extremidade o eminente escriptor e nosso presadissimo amigo, foi ella que originou essas complicações terriveis, que ameaçam seriamente roubar ás lettras portuguezas esse seu grande e notabilissimo cultor, e á familia e aos amigos, esse homem tão querido, tão adorado pelas suas altas e excepcionaes qualidades de espirito, de caracter e de coração.

Nos ultimos dias do anno findo Francisco Palha foi accommettido d'um ataque d'*influenza*, ataque benigno que apenas o reteve em casa dois ou tres dias.

Na benignidade d'esse ataque esteve a desgraça toda.

Como foi ligeira a *grippe*, uma constipação forte apenas, Francisco Palha tratou-a a brincar e apenas se apanhou melhor, no dia de anno bom tomou um banho pela manhã cedo e á tarde, ao jantar tomou um gelado.

Á noite no theatro da Trindade já se sentia incommodado mas teimou em lá se conservar até ás horas do costume. Quando perto da meia noite recolheu a casa ia doentissimo, cheio de arrepios de frio, trespassado por uma violenta pontada e tanto que já nem poude dar corda ao relogio como costumava.

Passou a noite muito mal, com uma febre intensa em que o thermometro subiu até 40 graus.

De manhã tinha uma pneumonia francamente declarada: pontada violenta, expectoração sanguinea, febre violenta todo o cortejo de symptomas aterradores que na quadra doentia que atravessamos tem tanto que fazer.

O estado de Francisco Palha inspirou logo serios cuidados e foi considerado de summa gravidade, de maior gravidade ainda do que aquella doença seria em qualquer outra pessoa, por causa da doença antiga do illustre escriptor, a *diabetes*, que não permittia atacar a pneumonia com os causticos e o tratamento energico com que a medecina allopathica as combate.

Felizmente parece que por um milagre, a pneumonia quasi que entregue a si propria, tratada apenas com paliativos—que outro tratamento não permittia o estado diabetico do enfermo — parou na sua marcha aterradora e antes do setimo dia, Francisco Palha, já muito melhor era considerado livre de perigo pelos seus medicos e entrado em pleno convalescença.

A boa noticia correu todos os jornaes, os amigos de Francisco Palha já perfeitamente despreoccupados planeavam jantares festivos para commemorar o seu restabelecimento, os artistas do theatro da Trindade, de que o grande escriptor foi fundador e tem sido sempre director e emprezario, começaram a tratar d'um grande *Te-Deum*, que devia solemnisar essas melhoras quasi que milagrosas e tudo ia muito bem, já ninguem tinha apprehensões ácerca do estado de Francisco Palha, quando no dia 9 ás nove horas da manhã, depois de ter passado excellentemente a noite e de ter estado toda essa manhã a conversar e a rir com dois dos seus amigos intimos que lhe eram disvelladas enfermeiros, com o bom humor alegre que lhe era habitual foi acommettido de subito por uma congestão cerebral que o prostrou logo como morto, sem vista, sem ouvido, sem falla, sem consciencia.

De então para cá o seu estado não tem apresentado melhora alguma; pelo contrario tem peiorado de momento a momento apesar da medicação energica que lhe tem sido a todo instante applicada.

Os medicos dão-n'o por perdido, e dizem que só um milagre o pode salvar.

Que esse milagre se dê, como já se deu uma vez ha 18 annos, quando Palha esteve á morte, dado tambem por perdido, é o que desejamos do fundo do coração!

* * *

Nas provas d'esta chronica temos que accrescentar uma noticia pungentissima — Francisco Palha morreu ás duas horas da madrugada do dia 10.

Não se fez o milagre!

Não temos espaço nem cabeça para alargarmos esta noticia, que nos feriu profundamente, porque Francisco Palha era um dos nossos mais queridos e intimos amigos.

Gervasio Lobato

AS NOSSAS GRAVURAS

A ACCLAMAÇÃO

O JURAMENTO

A acclamação dos reis portuguezes não se realisou sempre da mesma fórma. Esta ceremonia tem variado segundo os tempos e conforme a successiva affirmação dos direitos do povo.

Assim as acclamações dos nossos primeiros reis não passavam de um direito de successão em que o povo não entrevinha, mas que tinha de reconhecer, e a investidura do mando superior da na-

ção era dada pelo proprio rei herdeiro do seu antecessor, reunindo a côrte para presenciar a festa e mais nada.

Foi de D. João I para cá que o povo principiou a tomar parte mais directa na acclamação dos seus reis, desde que se sabe que foi este rei, por assim dizer o primeiro acclamado pelos votos populares.

Hoje no acto da acclamação toma parte directa e indispensavel o povo por intermedio dos seus representantes em côrtes, e pela acclamação publica nas praças em que secunda as palavras do alferes mór que brada ao povo: «Real, real, real, pelo muito Alto, muito Poderoso e Fidelissimo Rei de Portugal o sr. D. Carlos I,» ao que o povo corresponde com vivas.

E esta ceremonia que se realisa na sala do parlamento, em seguida ao juramento do rei, vindo então o alferes mór ás janellas da camara, pronunciar em alta voz as palavras que acima referimos. Egual ceremonia se realisa nos paços do concelho, como referimos no numero antecedente.

A nossa gravura representa o acto do juramento de El-Rei.

Eram 11 horas e 40 minutos quando chegou ao largo das côrtes o cortejo real, vindo na frente uma guarda avançada de cavallaria 4, seguida de quatro batedores da Casa Real e seis arautos a cavallo acompanhados por criados da estribeira.

A este estado seguiam-se os coches reaes conduzindo os camaristas e damas de Suas Magestades, Sua Alteza o Infante D. Affonso, o mordomo mór sr. Conde de Ficalho, vindo no 6.º coche Suas Magestades. Este coche era puchado a quatro parelhas e ladeado por filas de moços da real camara e moços da estribeira, etc.

Ao lado da ultima roda direita do coche ia a cavallo o sr. duque de Loulé estribeiro-mór e ao lado da roda esquerda o sr. duque de Palmella commandante da guarda real.

El-Rei trajando o uniforme de generalissimo e com o manto real deu entrada na sala do parlamento acompanhado por Sua Magestade a Rainha, que vestia uma linda *toilette* de seda branca bordada a ouro com um manto azul claro tambem bordado a ouro, tendo sido recebido no vestibulo por uma grande deputação das camaras, pela corte e mais altos funccionarios a que competia tomarem logar no cortejo.

A' entrada da sala o sr. Infante D. Affonso avançou para a frente do cortejo e empunhou o estoque real na qualidade de condestavel do reino e seguido dos officiaes móres.

Subindo Suas Magestades no throno, El-Rei tomou o sceptro das mãos do reposteiro-mór, que lh'o apresentou. A este tempo o condestavel tomava logar á direita de El-Rei continuando a empunhar o estoque real. Do mesmo lado do throno tomaram logar o mordomo-mór, o commandante da guarda real e o mestre sala, as damas e mais dignatarios de serviço a Suas Mahestades.

A' esquerda e no ultimo degrau superior do throno tomaram logar o capellão-mór, os gentis-homens e os ajudantes de campo de El-Rei.

O alferes-mór com a bandeira enrolada tomou logar no extremo esquerdo do degrau superior do throno, seguindo-se para a esquerda o porteiro-mór, o vedor da casa real, o reposteiro-mór e o meirinho-mór, etc.

Depois de todos terem tomado os seus respectivos logares, como fica dito, o sr. presidente da camara dos dignos pares, coadjuvado por tres galantes creanças, filhos dos srs. condes de Sabugosa, das Alcaçovas e Bernardo Pindella, que seguravam uma almofada sobre que estava o missal de Estevam Gonçalves, o apresentaram a El-Rei para prestar o seu juramento nos Santos Evangelhos, sobre que assentava um crucifixo.

Sua Magestade então prestou o seguinte juramento:

«Juro manter a religião catholica apostolica romana, e a integridade do reino, observar e fazer observar a constituição politica da nação portugueza e mais leis do reino e prover ao bem geral da nação, quanto em mim couber.»

Depois d'este juramento El-Rei leu um pequeno discurso dirigido á camara e que lhe foi entregue pelo presidente do conselho. A esta allocução respondeu o sr. presidente da camara dos dignos pares, pronunciando em seguida acompanhado por todos os membros do parlamento presentes a aclamação do novo monarcha nos seguintes termos.

«Ao muito Alto e muito Poderoso e Fedelissimo Rei de Portugal o Senhor D. Carlos I.»

Estava acclamado na presensa da representação nacional o novo Rei de Portugal.

A esta acclamação é que se seguiu a acclamação nas janellas da casa do parlamento, como acima referimos.

Terminada esta solemnidade dirigiram-se Suas Magestades e todo o seu cortejo para o templo de S. Domingos, onde foi celebrado um solemne *Te-Deum*.

O templo estava ricamente armado, e em tribunas feitas expressamente tomaram logar o corpo diplomatico, côrte, auctoridades civis e militares, e todos os mais funccionarios a que competia tomarem parte na solemnidade.

As tropas da guarnição, que tinham formado alas nas immediações do palacio do parlamento, vieram depois prestar as mesmas honras nas imediações da egreja de S. Domingos por onde passou o cortejo real, e d'aqui seguiram para os Paços do Concelho para tambem formarem alas á passagem do cortejo real que ali se dirigiu, terminado que foi o *Te-Deum*, em S. Domingos.

Das ceremonias realisadas nos Paços do Conselho já demos noticia em o nosso ultimo numero.

A PARADA

No dia seguinte ao da acclamação (29 de dezembro) teve logar uma parada das tropas da guarnição de Lisboa, reforçada com contigentes de varios corpos da provincia, na força de 7:500 homens.

Pela 1 hora da tarde achavam-se as tropas formadas ao longo da rua 24 de julho e em volta da Praça do Commercio.

El-Rei acompanhado do seu estado maior, ministro da guerra e do archiduque Eugenio d'Austria, que viera a Lisboa em nome do imperador d'Austria assistir á acclamação, chegou pelas 2 horas ao Aterro onde principiou a revista que veio terminar na Praça do Commercio, seguindo depois para a Avenida da Liberdade onde as tropas foram passar em continencia a El-Rei, que com todo o seu estado maior se postou em frente da tribuna real onde estava Sua Magestade a Rainha.

Essa tribuna fôra armada expressamente na Avenida e defronte d'ella uma outra tribuna em amphitheatro para convidados.

É esta festa militar que a estampa das paginas 12 e 13 representa, desenho feito pelo nosso collaborador artistico o sr. Luciano Freire.

A IMPERATRIZ DO BRAZIL

Um triste acontecimento nos impõe hoje publicarmos o retrato de Sua Magestade a Imperatriz do Brazil, como homenagem de respeito e sentimento pela morte d'esta bondosa princeza, cuja caridade inexcedivel do seu coração a fazia duas vezes nobre, pela gerarchia da sua posição social, pela elevação do seu espirito christão todo dedicado ao amor da humanidade.

Desthronada do throno que ha cincoenta annos partilhava com seu esposo, desterrada da sua segunda patria onde passara o melhor de sua vida, impellida brutalmente para o exilio pela revolução subita do seu paiz, expulsa alta noite do seu palacio para bordo de um navio, ella, a delicada senhora, mal poude explicar a si a causa de tão desapiedado castigo, de que só a fatalidade do destino, a fez victima.

Foi, pois, sob a mais dolorosa impressão que a imperatriz do Brazil deixou as terras de Santa Cruz, para nunca mais lá voltar, e esta idéa desconsoladora, no ultimo quartel da vida, possuiu-se de tal modo do seu espirito, que as ultimas palavras da exilada foram a affirmação d'aquella idéa, quando disse entre os paroxismos da morte:

— Minha terra tão bonita, que me não deixam lá voltar.

A familia imperial brazileira, que como os nossos leitores sabem, chegou ao Tejo no dia 7 de dezembro, hospedou-se no Hotel Braganza, e a imperatriz ali permaneceu durante todo o tempo que esteve em Lisboa, porque o estado da sua saude lhes não permittiu sahir.

Sua Magestade soffria de uma lesão cardiaca, que o desgosto e a fadiga da viagem, necessariamente aggravou. Entretanto o mal não se revelara de modo assustador, e antes parecia um ligeiro incommodo de que não havia a recear.

N'estas condições foi para o Porto em companhia de seu esposo, que resolvera visitar algumas cidades do norte antes de seguir para Cannes onde tencionava estabelecer temporariamente a sua residencia.

Foi na cidade do Porto que a doença da infeliz senhora se aggravou subitamente, e com tal rapidez que não deu tempo sequer a ministrarem-lhe o mais simples remedio.

Na manhã do dia 28 de dezembro, o imperador sahiu do Hotel do Porto, onde estava hospedado, e foi visitar alguns estabelecimentos publicos. Estava na Academia de Bellas Artes, quando lhe trouxeram a noticia de que a imperatriz se achava muito incommodada; e elle correndo immediatamente ao hotel, não poude abraçar mais que um cadaver, porque sua esposa estava já morta.

Tinha acabado para a virtuosa senhora o exilio a que a condemnaram.

Ao fim de quasi 67 annos de idade, pois nascera a 14 de março de 1822, terminou a vida, não sem ter experimentado nos seus ultimos dias, as amarguras do exilio forçado, quando pensava acabar tranquilla no seio da sua patria, entre as benções e as lagrimas dos seus pobres que tinham n'ella a mais desvelada protectora.

Póde-se dizer que na pratica do bem se resume toda a sua vida, dedicada aos cuidados da familia e ao soccorro dos desvalidos. E que melhores acções podem illustrar a vida de uma mulher, que o ser o anjo do lar de inexcediveis bondades e a protectora dos pobres soccorrendo-os com a mais christã caridade?

Filha do rei Francisco I das Duas Sicilias e da infanta de Hespanha D. Maria Izabel, filha de D. Carlos IV, casou aos 21 annos de idade com D. Pedro II imperador do Brazil, de cujo enlace nasceu a princeza D. Leopoldina que já falleceu e a princeza D. Izabel Christina que casou com o conde de Eu.

O FUNERAL

O cadaver da imperatriz esteve até ao dia 6 na camara ardente armada em um quarto do Hotel do Porto, no mesmo quarto onde se dera o fallecimento, e d'aqui foi transportado com as honras devidas para a egreja da Lapa, onde se celebraram os officios religiosos.

Logo que sua magestade falleceu o sr. Infante D. Affonso, foi ao Porto, em nome de El-Rei D. Carlos, apresentar ao imperador os pezames e offerecer-lhe residencia em algum dos palacios reaes, o que D. Pedro acceitou.

Regressou depois a Lisboa e no dia 6 do corrente voltou ao Porto para acompanhar para Lisboa o cadaver da imperatriz e a familia imperial, que se reunira no Porto.

Pelas 6 horas e meia d'este dia chegou á estação de Campanhã o cortejo funebre que conduzia o cadaver da imperatriz, da egreja da Lapa, composto de uma guarda avançada de cavallaria municipal, a que seguia uma fila de trens conduzindo os membros da camara municipal, auctoridades civis e militares, consulados, representantes de varias associações, e da imprensa, seguindo-se então as carruagens em que iam Sua Alteza o Infante D. Affonso, os senhores condes de Eu e principe D. Pedro de Saxe, o de respeito com as corôas offerecidas e por ultimo o carro funebre conduzindo a imperatriz, indo á estribeira o general da 1.ª devisão, sr. Pinheiro Furtado e aos lados os azylados da officina de S. José e criados com brandões accesos.

Fechava o prestito o general 2.º commandante da divisão, estado maior e os regimentos de caçadores 9, infanteria 18, cavallaria 6, guarda municipal de infanteria e cavallaria.

Eram 10 horas e 10 minutos quando o comboyo partiu de Campanhã conduzindo o feretro em um vagon armado em camara ardente, precedido por uma carruagem salão em que vinha a familia imperial e outras mais com a comitiva.

Durante o trajecto velaram, por turnos o cadaver da imperatriz, uma dama, um camarista e um veador de suas Magestades Imperiaes, um ajudante de campo d'El-Rei, um padre e duas irmãs hospitaleiras.

Ás dez horas da manhã do dia 7 chegou o comboyo funebre, a S.ta Apolonia, e Sua Magestade El-Rei D. Carlos, acompanhado dos srs. Conde de Ficalho e Capitão Malaquias, já o esperava, assim como parte do ministerio e algumas pessoas da côrte.

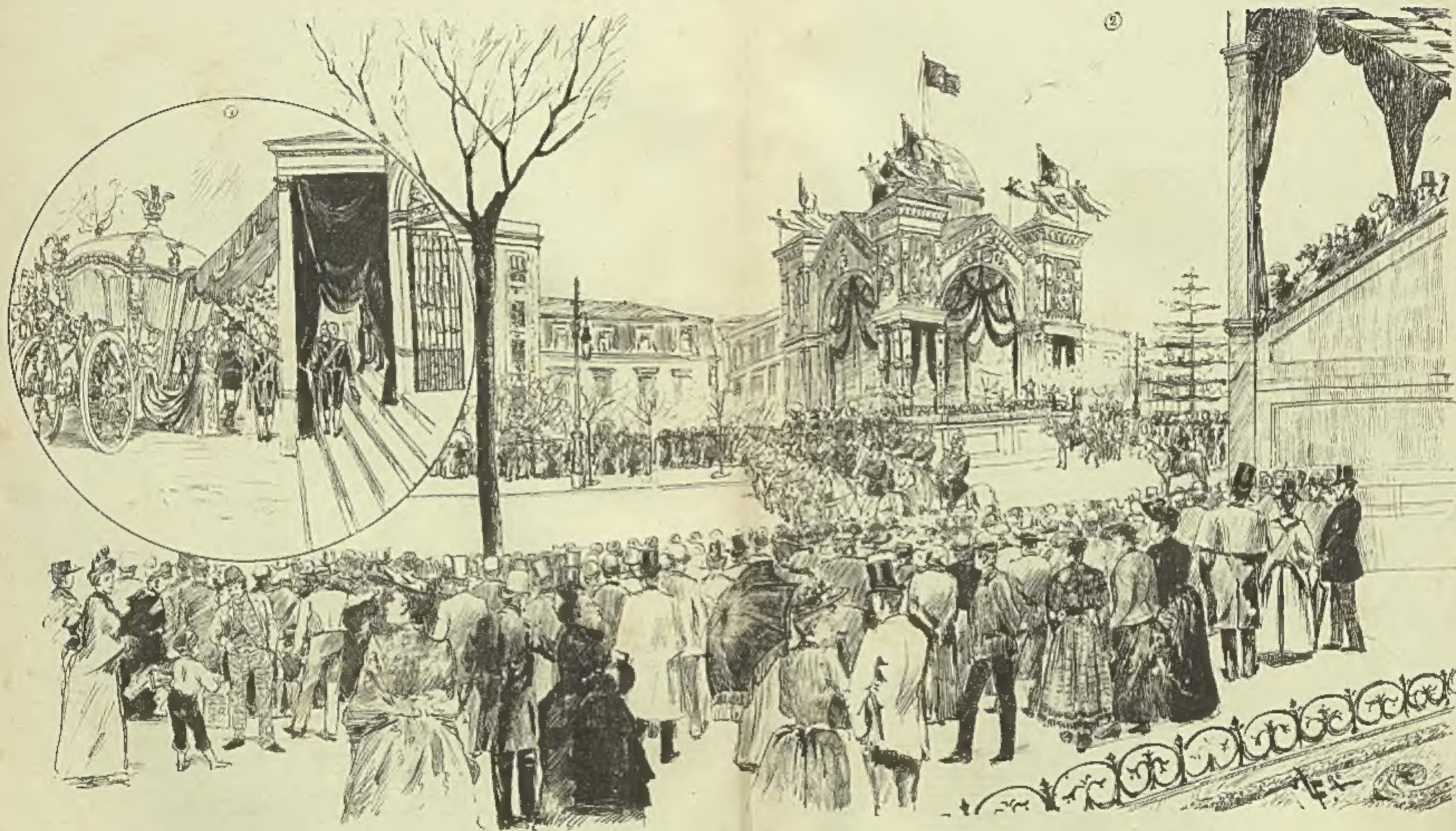
Trocaram-se então os mais sentidos comprimentos entre El-Rei e a familia imperial, produzindo bastante sensação nas pessoas presentes o aspecto alquebrado e triste do infeliz imperador.

Fóra da estação achavam-se os coches da Casa Real que deviam conduzir o cadaver a S. Vicente e a familia imperial que o acompanhava, indo tambem o sr. Infante D. Affonso.

Perto do meio dia chegou o cortejo a S. Vicente onde se celebraram as ultimas ceremonias religiosas, sendo resada uma missa de corpo presente, pelo monsenhor D. João de Napoles, no impedimento do sr. Cardeal Patriarcha, que se achava doente.

Concluidos os officios divinos, foi o corpo conduzido ao pantheon real, acompanhado por toda a familia imperial.

A divisão militar de Lisboa formou alas nas

A ACCLAMAÇÃO

1 CHEGADA DE SUAS MAGESTADES EL-REI D. CARLOS E RAINHA D. MARIA AMELIA AO PALACIO DAS CORTES — 2 A PARADA NA AVENIDA DA LIBERDADE

(Desenhos de L. Freire)

ruas por onde passou o cortejo e deu no fim as descargas do estylo.

Descançava emfim no pantheon real a virtuosa imperatriz que poucos dias antes ali fôra orar sobre o tumulo dos reis portuguezes.

Quem lhe diria então que tão breve lhes iria fazer companhia.

INSTITUIÇÕES SOCIAES PORTUGUEZAS[1]

VII

A CENSURA DOS LIVROS E A DIRECÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO PUBLICO

Foi com a introducção em Portugal da famosa bulla da Cea que os jesuitas se arrogaram o direito de dirigirem os estudos menores d'estes reinos.

N'essa bulla celebre, datada de 13 de abril de 1559, que nenhum dos estados europeus, á excepção da Hespanha, quiz reconhecer como legal; n'essa bulla em que era concedida toda a direcção e magistratura das escolas de ensino publico em Portugal á Santa Inquisição; n'essa bulla chamada da *Ceia do Senhor*, como para comprovar que nas *ceias* é que se planeiam os attentados do dia seguinte, era prohibida a introducção de certos livros e papeis avulsos e escriptos de diversos auctores, bem como a sua leitura, a sua acquisição, a sua compra ou venda, e mesmo a posse d'elles, sob severas penas espirituaes e temporaes.

Foi em nome do pontifice Paulo III que aquelle monstruoso papel se passou nos conluios tenebrosos do Vaticano e se introduziu sobrepticiamente em Portugal, em 1567, sem o devido beneplacito regio.

O Santo Officio que tudo ousava, a tudo se arrojava, teve a audacia de espalhar em Lisboa um edital no qual era defesa a leitura d'esses *livros excommungados*, (dos quaes deu o catalogo) devendo, quem os possuisse, entregal-os ao Santo Tribunal, sob pena de peccado mortal e da multa de vinte cruzados para gastos da inquisição!

Nada mais prepotente, nada mais audacioso do que essa prohibição que fazia do povo o joguete, o pasto do jesuitismo, prohibição á qual se deve o obscurantismo das duas nações da peninsula hispanica n'aquelles ominosos tempos pelo affastamento dos livros que lhe podiam dar a luz e guial-os n'esses labyrinthos machiavellicos que iam perdendo Filippe IV, e derrubaram tres thronos: o de D. Sebastião, o do cardeal D. Henrique, e mais tarde, o de D. Affonso VI.

E, no entanto elles dominaram e veneraram durante muito tempo.

Desde 1624 até um certo tempo o famoso *Index Expurgatorio* existiu dentro do collegio de Santo Antão, debaixo da inspecção do Provincial Balthazar Alvares, e, o que se viu constantemente foi que esse *index* ia, dia a dia, engordando consideravelmente; viu-se que o numero de livros condemnados era cada vez mais avultado e que os frades, em troca de bom oiro de lei, nos iam impingindo o ouro falso das suas doutrinas subversivas e delecterias; viu-se que na inspecção dos livros, sendo esta das attribuições dos bispos e do conselho do Santo Officio, iam os jesuitas com as suas costumadas intrigas, condemnando muitas obras de auctores famosos e d'egregios professores, substituindo-as por outras da sua composição, sem que d'isso dêssem satisfação alguma ao poder real, symbolisado no Desembargo do Paço. Viu-se tudo isso; os espiritos cultos ficaram sobresaltados, e os animos fracos e timoratos, transidos de susto e desespero, se queixaram amargamente.

Felizmente appareceu n'essa occasião á testa dos negocios publicos Sebastião José de Carvalho e Mello, esse potente vulto, que ouvindo aquelles clamores, actuou e fez tremer o poder clerical.

Como os indices expurgatorios fossem dolosamente introduzidos e divulgados em Lisboa pelos jesuitas, sem se proceder ao regio beneplacito, e só com o falso fundamento da bulla da Ceia do Senhor, a lei pombalina de 5 de abril de 1768, não reconhecendo auctoridade n'essa bulla, tratou não só de acabar com as pretendidas prerogativas que ella estabelecia aos jesuitas, mas abolir de vez os indices expurgatorios que se iam tornando escandalosos.

Foi este o primeiro golpe mortal dado no clericalismo d'aquella epoca memoravel.

É preciso notar-se que este dualismo entre o poder real e o poder inquisitorial, existia desde muito, e existiu com mais ou menos vigor, com maior ou menor lucta, até 31 de março de 1821, em que foi abolido pelas côrtes constituintes o conselho geral do Santo Officio, cortando-se assim o mal pela raiz.

Pelo alvará de 4 de dezembro de 1576 vemos que não se podiam imprimir livros sem licença de el-rei e sem primeiro serem vistos e approvados na Mesa do Desembargo do Paço, posto que fossem vistos e approvados pelos officiaes do Santo Officio e pelo Ordinario. Esta lei vigorava igualmente para os impressos do estrangeiro que se pretendessem introduzir no reino, sendo imposta aos infractores a pena de 100 cruzados e um anno de degredo para qualquer logar da Africa.

O alvará de 31 de agosto de 1588, mandava que nenhuma pessoa podesse imprimir livro algum, *ainda que fosse visto e approvado pelo Santo Officio e Ordinario*, sem primeiro ser visto e approvado na Mesa do Desembargo do Paço, e augmentava as penas aos contraventores em 200 cruzados e dois annos de degredo.

Os jesuitas porém riam-se d'essas disposições e iam fazendo o que muito bem lhes quadrava e impolgando as prerogativas reaes.

Subindo ao poder supremo o conde de Oeiras, esse homem de extraordinaria energia e tenacidade, tratou desde logo de reformar os estudos do reino e de atalhar a nefasta influencia que o poder clerical estava exercendo, não só sobre esses estudos senão tambem sobre a publicação e introducção de todos os livros e folhas impressas.

Em 28 de junho de 1759 foi tirado aos jesuitas toda a direcção que elles exerciam sobre as escolas publicas e em 5 de abril de 1768 instituida a *Real Mesa Censoria*, incumbida unica e exclusivamente da prohibição dos livros e papeis avulsos que se julgassem perniciosos, sendo outrosim auctorisada a estabelecer as penas pecuniarias aos transgressores e a licencear os livros que julgasse convenientes.

Aquellas publicações seriam, não condemnadas ao fogo, como até ali o eram pelo sinistro *index expurgatorio*, engendrado por esses frades fanaticos, que pretendiam fazer crer aos seus fanatisados, que o fogo tudo purifica aos olhos de Deos depois de o consumir; não lançados ao anathema dos povos, como sementes de mau fructo, mas simplesmente *reprovados*, e mesmo para isso era preciso que aquelle tribunal deliberasse por voto unanime que esses impressos offendiam a jurisdicção temporal, causavam damno á boa administração da justiça, pervertiam as leis da religião ou os bons costumes, ou podiam perturbar o socego publico.

Segundo o estatuido teria a Mesa Censoria jurisdicção privativa e exclusiva em tudo que pertencesse ao exame, approvação ou reprovação dos livros e papeis, devendo ella ser composta de um presidente, varão escolhido d'entre os mais sabios e auctorisados do paiz, 7 deputados ordinarios dos quaes um seria inquisidor da mesa do Santo Officio e outro o vigario geral do patriarchado, e o resto pessoas de notoria aptidão litteraria ou scientifica, doutores, lentes de estudos superiores, etc.

O secretario da mesa seria professor de lettras e pessoa de muita consideração no reino.

Reunir-se-hia a junta censoria uma vez na semana, devendo ser ás quintas feiras.

Em 18 de maio seguinte foi dado regimento á Mesa Censoria regulando-se-lhe a ordem com que havia de formar o tribunal e proceder ao exame dos livros, e, em alvará de 4 de junho de 1771, sendo a Mesa Censoria presidida por frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas, foi-lhe commettida a inspecção dos estudos das escolas menores do reino, incluindo o proprio Collegio dos Nobres.

Essa *junta perpetua*, como então se lhe chamava, foi dotada pelo conde de Oeiras (depois marquez de Pombal) com todos os bens e rendas do Couto, os mosteiros de S. Pedro de Pedrozo e os dizimos das egrejas de Santa Marinha de Seixezello, Santa Eulalia de Sanguedo, S. Martinho de Villa Maior, Santo Tyrso de Paramos e Santo André de Mancinhata de Saixa, e as ermidas de S. Bartholomeu de Carvalhaes e Lamações.

Fallecendo em 1777 el-rei D. José e decahindo por consequencia da real graça o grande ministro e sabio reformador, a rainha D. Maria I ordenou ao seu ministro, o visconde de Villa Nova da Cerveira — mais tarde 1.º marquez de Ponte de Lima — que désse uma nova forma ao tribunal da Meza Censoria, que então estava constituido em grande parte por creaturas do velho ministro demissionario.

Os reaccionarios rejubilaram readquerindo todo o seu antigo poderio, e as relações com a côrte de Roma, que haviam esfriado sensivelmente no reinado anterior, tornaram a reatar-se em 29 de novembro de 1780, em vista da bulla *Romanorum Pontificum*, que, em grande parte, dizia respeito ás publicações que *se estavam fazendo em Portugal contra a egreja e contra a moral e bons costumes dos povos* — no dizer daquella bulla.

O alvará de 21 de junho de 1787 veiu pois reorganisar a *Mesa Censoria*, creando em seu logar a *Real Mesa da Commissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros com juridição Civil e Criminal*. Essa nova mesa seria composta de um presidente, oito deputados, um secretario e mais officiaes, mandando-se pôr em vigor tudo o que recommendava a famosa bulla do papa Pio VI, *com o fim de manter, conservar e defender os sagrados direitos da religião.*

(Continúa).

Silva Pereira.

[1] Veja-se este jornal n.os 331, 332, 335, 336, 337, 340, 352 e 356.

A COMEDIA DA VIDA

O ROMANCE D'UM AMANUENSE

XX

—Matal-o! repetiu com novo rugido o Quim aproximando-se tanto do major que parecia querer fazer o dito verdadeiro.

O major a esse tempo já esverdeado e já no pé da mesa do almoço perguntou com voz sumida.

—Matar-me? Mas porque, meu caro amigo?

—E ainda se atreve a perguntar-me porquê? berrou o Quim erguendo os punhos, ferox.

O major, a esse gesto e a esse berro cahiu meio desfallecido na cadeira, onde minutos antes comia despreoccupado e feliz o seu bacalhau assado.

—Canalha! disse n'um tom soberanamente despresador o Quim, a quem o effeito produzido pela sua valentia no visinho Rodrigues, centuplicava a energia e o valor.

—Mas porque é tudo isso?

—Que mal lhe fiz eu?

—Que mal me fez?

—Sim, eu estou innocente, juro-lhe, fui sempre muito seu amigo! protestou o major coberto d'um suor frio.

—Não leu o *Jornal do Commercio*?

—O *Jornal do Commercio*?

—Sim.

—Não senhor, eu não costumo ler jornaes.

—Pois então leia, disse o Quim tirando da algibeira o numero do jornal que momentos antes recebera e atirando-o para cima da meza.

O major avançou mão tremula para esse jornal e pegando n'elle começou a ler o artigo de fundo.

—Não é isso.

—Ah! não é?

—Não se faça tolo.

—Não faço, dou-lhe a minha palavra d'honra que não faço.

—É aqui, disse o Quim apontando tragico para o communicado do Dominguinhos e para a acta do mallogrado duello da Porcalhota.

O major apenas viu do que se tratava, de verde que estava fez-se vermelho como sangue de boi.

—Então, leu? perguntou com um sorriso sarcastico, medonho, o Quim Barradas.

—Estou lendo, estou lendo, titubiou o major.

O Quim esperou um boccado silencioso e calmo que o major Rodrigues terminasse a leitura.

Esperou, mas furiou-se de esperar.

O tempo ia passando e o major nada de dar por finda a leitura do tal communicado.

—Então? perguntou novamente o Quim.

—Estou lendo, estou lendo, respondeu outra vez o major, querendo ganhar tempo e addiar para o mais tarde possivel as explicações d'essas actas que elle tinha assignado com os outros padrinhos e de que fôra o principal inspirador.

O Quim levou a sua condescendencia a esperar mais um boccado pela leitura do major.

Este porém não parecia disposto a acabar.

Por fim o Quim perdeu a paciencia e arrancando com um grito brusco o *Jornal do Commercio* das mãos do major, bramiu furioso:

—Então isto é troça?

—Troça? perguntou o major todo a tremer.

—O sr. está a caçoar commigo?

—Eu?

—Sim, você?

—Você? repontou o major.

—Você, sim, não retiro o tratamento, repetiu o

Quim com voz firme e fitando o major com um olhar terrivel.

—Muito bem, muito bem, respondeu o major Rodrigues, você é um tratamento d'amisade...

—Perdão! eu não o emprego como amizade, emprego-o como despreso.

—Tambem, tambem se usa ás vezes com essa interpetração differente, sim senhor.

—Então ainda não acabou de lêr o artigo?

—Já acabei, já acabei.

—Leu o todo?

—Li, li.

—E o que diz a isso?

—Digo... digo que isto é uma grande pouca vergonha.

—Hein?

—Que é uma infamia!

—Então não viu que essa acta tem tambem lá em baixo o seu nome?

—Vi, sim senhor.

—O senhor não a tinha assignado?

—Não senhor! Que idéa faz de mim! Então eu assignava uma coisa d'estas?

—Ah! não assignou?

—Não senhor.

—Nem auctorisou a pôr o seu nome por baixo d'esse acervo de infamias e de ultrajes que só o sangue póde lavar?

—Não auctorisei, não senhor.

—Então eu auctorisava lá isso?

—Bem, então peço-lhe desculpa da maneira um pouco brusca como entrei em sua casa, disse o Quim mais brando.

—Essa é boa, meu caro amigo, faça de conta que está em sua casa.

—Eu recebi agora esse jornal, explicou o Quim, passei-o pelos olhos e apenas os olhos viram esses insultos bestiaes e grosseiros cobriu-os uma nuvem de sangue.

—E com toda a razão, approvou o major Rodrigues, essas palavras estão a pedir essa nuvem.

—Vi em baixo do artigo entre outros nomes o seu nome, e como era o que estava mais perto escolhi-o para ser o primeiro sacrificado em holocausto á vingança justissima da minha honra ultrajada.

—Muito obrigado pela perferencia honrosa que me deu.

—Mas visto que o senhor é alheio a tudo isto...

—Alheiissimo...

—Visto que não assignou esta infamissima acta.

—Não senhor...

—Nem auctorisou ninguem a chancellal-a com a sua assignatura.

—Não auctorisei, não senhor, confirmou o major Rodrigues muito contente por julgar vêr terminada aquella scena.

E recobrando animo, sentindo voltar-lhe o seu *aplomb* ao ver afastar-se o perigo, o major accrescentou começando a retomar a sua linha de valente.

—Não auctorisei nem auctorisaria nunca desde o momento em que se tratava d'um amigo meu, amigo e visinho, amigo particular e querido, visinho por quem tenho a mais subida estima e consideração.

—Muito obrigado, agradeceu ironico o Quim Barradas.

—Não tem de que, respondeu o major Rodrigues sem dar por essa ironia.

—Tenho tal, tenho pelo menos que agradecer a novidade que o senhor me dá.

—Novidade!

—Sim, porque depois do que se passou ainda agora, esta madrugada, depois do que o senhor me disse em minha casa não imaginava, de fórma alguma, que o senhor tivesse por mim essa tal estima e consideração.

—Ah! aquillo foi uma brincadeira...

—Brincadeira.

—Deve então confessar que para brincadeira foi de muito mau gosto...

—Sim, confesso da melhor vontade, tanto mais, que ainda agora quem fallava não era eu...

—Não era o senhor?

—Não.

—Quem era então? Não foi o senhor que esteve em minha casa e que disse aquella serie de descônchavos, de disparates, disparates e desconchavos de tal sorte, que eu imaginei que o senhor estava doido, e foi sómente e unicamente a eu imaginar isso que o senhor deve estar vivo...

—Hein?

—Sim, porque se eu não attribuisse a um desarranjo mental tudo o que o senhor me disse, póde ter a certeza de que não sahiria vivo da minha casa.

—E fazia muito bem, apressou-se em applaudir o major Rodrigues, e tinha carradas de razão.

—Ah! approva?

—Sim senhor, approvo, tanto mais que eu nem sei o que disse, porque, repito-lhe, quem fallava não era eu, tinha-lhe bebido mais do que o costume e por isso...

—Bem, acceito essas suas explicações e já aqui não está quem fallou.

—E póde acceital-as porque são a suprema expressão da verdade.

—Resumindo.

—Sim, senhor, vamos resumir.

—O senhor não escreveu essa acta?

—Não.

—Não a assignou?

—Não, e não.

—Nem auctorisou ninguem a subscrevel-a com a sua assignatura?

—Não, não e não.

—E não perfilha nem concorda com coisa alguma que n'essa acta se diz a meu respeito.

—Não, não, não e não.

—Muito bem, dê-me a sua mão.

—Aqui a tem, disse o major radiante estendendo a mão ao Quim, aqui a tem e com tanto mais prazer quanto acabo de reconhecer que o meu presado amigo e visinho é um valente. O senhor é um valente, eu prezo-me tambem de o ser, e os valentes são tão raros no mundo que devem aperter as mãos entre si.

—Muito bem, somos dois valentes, repetiu o Quim, e agora vamos por ahi fóra dizer como o hespanhol da anedocta «Hay ahi dos valientes para dos valientes.»

—É boa, é muito boa, applaudiu o major rindo muito do gracejo.

—Vamos.

—Vamos aonde?

—Vamos fazer essa pergunta por ahi fóra.

—Tem graça, tem immensa graça, continuou o major a rir.

—Não é graça, é a serio.

—A serio!

—Sim, se é verdade tudo o que acaba de dizer a respeito d'essa acta.

—Se é verdade! Duvida da minha palavra?

—Se é verdade venha comigo.

—Comigo?

—Sim e já...

—Mas fazer o quê?

—A casa dos outros signatatarios d'esta infame correspondencia.

O major tornou a empallidecer.

(Continua). *Gervasio Lobato*

REVISTA POLITICA

O conflicto anglo-portuguez continua a ser a questão dominante da politica portugueza, que nem o discurso da corôa teve a importancia sufeciente, para lhe desviar a attenção d'este ponto em que se fitam todas as vistas na mais reservada espectativa.

Se não fosse, porém esta questão palpitante, crêmos que o discurso da corôa não conseguira ainda assim chamar demaziadamente as attenções, tal é a banalidade do seu contheudo que não inspira o mais leve interesse para os que já estão costumados a ouvir muitas promessas, que não chegam a realisar-se.

Uma questão de formalidade em que tem que se dizer alguma cousa, e nada mais, a não ser uma enorme estopada pelo tamanho que d'esta vez teve que nem a legua da Povoa.

Der esto o parlamento ainda não dá signal de si, tratando muito pachorrentamente de se constituir como quem não tem nenhuma vontade de entrar nas discussões nem de se cansar nas luctas parlamentares.

E por fim talvez tenha razão, porque os horisontes politicos estão de tal maneira carregados, que ou a lucta tem de ser extraordinaria, ou cada um volta para suas casas sem aquecer o assento das cadeiras, o que pouco mais ou menos dá o mesmo resultado.

Tudo faz prever isto e a questão com a Inglaterra parece-nos que não será das que menos concorram para a vergonhosa derrota da actual situação.

E não se diga que o governo publique os seus receios por esta questão, que diga francamente ao paiz o estado positivo em que as negociações se encontram; ao contrario faz crêr que tudo vae em mar de rosas, como o acaba de affirmar pela bocca de um dos seus ministros ao parlamento, que o interrogou sobre o estado da pendencia.

Nós é que nos custa muito a crêr na habilidade diplomatica do gabinete e ainda menos na amabilidade do gabinete de S. James, pois que o proverbial egoismo inglez não faz prever que attenda á nossa justiça em prejuiso dos seus interesses, embora illigitimos.

Quando escreviamos a nossa ultima revista dizia-se que as negociações estavam em bom caminho de uma solução digna para ambas as partes, e que as furias da imprensa ingleza, furias de *chantage*, não infloiam no animo do governo inglez, superior ás intrigas e ás ambições illegaes das companhias dos lagos e mais socios.

Mas o que é certo é que a esta data as coisas estão ainda no mesmo pé e por mais notas que se troquem entre o governo portuguez e o governo inglez não se consegue chegar a nenhum accordo.

Ora é claro que se a Inglaterra estivesse disposta a reconhecer o nosso direito e justiça, não teria levantado esta questão, que principiou, como se sabe, pelo decreto do governo portuguez que criou o districto do Zumbo, e não teria levantado o conflicto pela simples razão de que o nosso governo dispunha do que era seu, emquanto que a Inglaterra nada ali tinha que nos oppôr.

Se, pois, ella levantou a questão é porque nos não reconhecia esse direito e tem pretenções sobre aquillo que não lhes pertence.

E como tem ella arranjado as suas possessões senão piratiando por aqui e por ali?

Portanto não é de espantar que arranje mais alguns palmos de terra pelo mesmo systema, só devendo admirar-nos de haver quem acredite na boa fé da nossa *fiel alliada*, que pouco a pouco nos vae despojando das nossas descobertas que custaram a vida a muitos de nossos maiores.

Estejamos pois prevenidos contra a arteirisse dos inglezes, os nossos maiores inimigos, para quem temos tido sempre as mais deploraveis condescendencias, e tenhamos em vista que o seu unico fito é apoderarem-se da nossa Africa Oriental que lhe pode prejudicar as suas colonias do Cabo e desviar-lhe todo o commercio do Transwaal.

Já tinhamos escripto esta revista, quando á ultima hora nos chega a noticia do *ultimatum* do governo inglez forçando Portugal a retirar as suas forças militares do Nyassa ou a romper as hostilidades com o nosso paiz.

Eis em que deram as notas trocadas entre os dois governos e a doce illusão de que tudo se resolveria dignamente.

O lobo não attendeu as razões do cordeiro e quer a todo o transe saciar a sua voracidade.

N'este momento acha-se reunido no paço de Belem o Conselho de Estado para resolver sobre a resposta a dar a este *ultimatum*.

Aguardemos os acontecimentos e veremos se o governo portuguez não tem a inergia necessaria para resistir a este assalto á nossa propriedade, e faz passar Portugal por mais uma humilhação.

Que distancia vae de 1760 a 1890!

João Verdades

RESENHA NOTICIOSA

MORTE DE DOIS POETAS. — A poesia portugueza perdeu ultimamente dois dos seus mais distinctos cultores Antonio Mollarinho e Alfredo Carvalhaes, ambos portuenses e dois poetas de raça, que deixam no seu pequeno expolio poetico grandes primores da poesia portugueza.

INCENDIO DO PALACIO DE LACKEN, PERDA D'OBRAS D'ARTE. — Um violento incendio devorou parte do palacio de Lacken, habitação do rei da Belgica. Foram muitas as obras d'arte de inistimavel valor, que se perderam n'este incendio.

Entre outras perderam-se dois retratos de Van Dyck, um *Hoblema*, dois *Frens, Hall*, o *Homero d'Ingres etc.* As perdas são avaliadas em seis milhões de francos.

O VIOLONCELLISTA SERGIO. — Finou-se no dia 5 do corrente o notavel violoncellista Sergio da Silva. Era primeiro violoncellista da orchestra de S. Carlos, e foi professor de El-Rei D. Luiz, que, como se sabe, era um eximio amador d'este instrumento.

O celebre artista era irmão do fallecido pintor Christino da Silva e tio do nosso presado amigo João Ribeiro Christino da Silva, distincto artista e professor da escola de desenho industrial de Leiria.

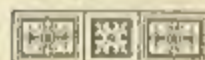
Ao nosso amigo enviamos os pesames por tão irreparavel perda.

Museu Industrial e Commercial do Porto.—Abre amanhã ao publico, n'este estabelecimento, uma exposição de desenhos e mais obras d'arte, dos professores das escolas industriaes da circumscripção do norte, em que figuram trabalhos dos srs. Michelangelo Soà, Vittorio Giuseppe Florentini e Giovan Battista Cristofanetti. O primeiro d'estes professores apresenta estudos sobre geometria descriptiva e intersecção dos solidos; aplicações praticas de geometria descriptiva á theoria das sombras; prespectiva parallela e accidental; ornato etc; figura humana; architectura ect. O segundo professor apresenta varios projectos de engenheria mechanica; e o terceiro, modelos para ourivesaria, etc.

A esta exposição seguir-se-ha a 3.ª exposição dos trabalhos escolares das escolas industriaes da circumscripção do norte.

Exposição Calligraphica.—Projecta-se para julho d'este anno, uma exposição de calligraphia, no Porto, sob a direcção do sr. Luiz Adelino Lopes da Cruz, promovida pelo mesmo sr. e mais os srs. José da Silva Faria Junior e José Joaquim Pinheiro Junior.

A esta exposição podem concorrer todos os trabalhos calligraphicos, antigos e modernos, nacionaes e estrangeiros, sendo conferidos premios aos que se distinguirem.

Todas as pessoas que quizerem concorrer a esta exposição, devem enviar os exemplares até ao dia 31 de maio proximo, ao Instituto Calligraphico Portuense, onde tambem se fornecem todos os esclarecimentos.

PUBLICAÇÕES

L'Influence de la Civilisation et de la Colonisation *latine et surtout Portugaise en Afrique lettre a sa majeste le roi des Belges* por Henrique Augusto Dias de Carvalho etc. etc. Lisboa. Importante trabalho do sr. major Henrique de Carvalho explorador portuguez ha pouco regressado á metropole. Esta carta é dirigida ao rei da Belgica a proposito do congresso anti esclavejista reunido em Bruxellas.

SUA MAGESTADE A EX-IMPERATRIZ DO BRAZIL D. THEREZA CHRISTINA MARIA

Fallecida no Porto, em 28 de Dezembro de 1889

FUNERAL DA IMPERATRIZ DO BRAZIL

Chegada do comboyo, conduzindo o feretro e a familia imperial, á Estação de Santa Apolonia, em 7 do corrente

(Desenho de L. Freire)